



**CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.**

**Demonstrações Financeiras  
em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

## **Conteúdo**

|                                                                          |       |
|--------------------------------------------------------------------------|-------|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 - 4 |
| Balanços patrimoniais                                                    | 5     |
| Demonstrações de resultados                                              | 6     |
| Demonstrações de resultados abrangentes                                  | 7     |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido                         | 8     |
| Demonstrações dos fluxos de caixa                                        | 9     |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras                          | 10    |



**KPMG Auditores Independentes**  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto - SP - Brasil  
Caixa Postal 457  
14001-970 - Ribeirão Preto - SP - Brasil

Central Tel 55 (16) 3323-6650  
Fax Nacional 55 (16) 3323-6651  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.  
Suzano – São Paulo

Examinamos as demonstrações financeiras da CAB – Sistema Produtor Alto Tietê S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

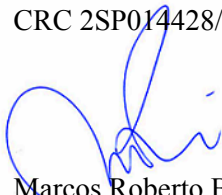
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAB – Sistema Produtor Alto Tietê S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto, 31 de janeiro de 2013

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Roberto Bassi  
Contador CRC 1SP217348/O-5

## CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.

### Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

|                                                 | Nota | 2012    | 2011    |                                              | Nota | 2012    | 2011    |
|-------------------------------------------------|------|---------|---------|----------------------------------------------|------|---------|---------|
| <b>Ativo</b>                                    |      |         |         | <b>Passivo</b>                               |      |         |         |
| <b>Circulante</b>                               |      |         |         | <b>Circulante</b>                            |      |         |         |
| Caixa e equivalentes de caixa                   | 5    | 7.807   | 289     | Financiamentos                               | 8    | 15.432  | 23.274  |
| Contas a receber de cliente e outros recebíveis | 6    | 61.342  | 68.889  | Fornecedores e outras contas a pagar         | 9    | 8.139   | 8.258   |
| Pagamentos antecipados                          |      | 49      | 50      |                                              |      |         |         |
| Estoques                                        |      | 374     | 76      | <b>Total do passivo circulante</b>           |      | 23.571  | 31.532  |
| <b>Total do ativo circulante</b>                |      | 69.572  | 69.304  |                                              |      |         |         |
| <b>Não Circulante</b>                           |      |         |         | <b>Não Circulante</b>                        |      |         |         |
| <b>Realizável a Longo Prazo</b>                 |      |         |         | Financiamentos                               | 8    | 243.517 | 249.105 |
| Contas a receber de cliente e outros recebíveis | 6    | 415.443 | 388.722 | Provisões para contingências                 |      | 199     | -       |
| <b>Imobilizado</b>                              | 7    | 1.117   | 1.083   | Passivo fiscal diferido                      | 10   | 64.717  | 60.200  |
| <b>Intangível</b>                               |      | 20      | 30      | <b>Total do passivo não circulante</b>       |      | 308.433 | 309.305 |
| <b>Total do ativo não circulante</b>            |      | 416.580 | 389.835 |                                              |      |         |         |
|                                                 |      |         |         | <b>Patrimônio líquido</b>                    | 13   |         |         |
|                                                 |      |         |         | Capital social                               |      | 96.353  | 71.000  |
|                                                 |      |         |         | Reservas                                     |      | 57.795  | 47.302  |
|                                                 |      |         |         | <b>Total do patrimônio líquido</b>           |      | 154.148 | 118.302 |
|                                                 |      |         |         | <b>Total do passivo</b>                      |      | 332.004 | 340.837 |
| <b>Total do ativo</b>                           |      | 486.152 | 459.139 | <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> |      | 486.152 | 459.139 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.

### Demonstrações de resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

|                                                                                | Nota | 2012                 | 2011                 |
|--------------------------------------------------------------------------------|------|----------------------|----------------------|
| <b>Receita operacional</b>                                                     | 14   | 69.814               | 95.091               |
| <b>Custo dos serviços prestados</b>                                            | 15   | <u>(53.526)</u>      | <u>(76.785)</u>      |
| <b>Lucro bruto</b>                                                             |      | <u>16.288</u>        | <u>18.306</u>        |
| Despesas administrativas                                                       | 15   | <u>(7.021)</u>       | <u>(8.533)</u>       |
| <b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b> |      | <u>9.267</u>         | <u>9.773</u>         |
| Receitas financeiras                                                           |      | 27.882               | 36.195               |
| Despesas financeiras                                                           |      | <u>(23.853)</u>      | <u>(24.055)</u>      |
| <b>Receita (despesas) financeiras líquidas</b>                                 | 16   | <u>4.029</u>         | <u>12.140</u>        |
| <b>Resultado antes dos impostos</b>                                            |      | <u>13.296</u>        | <u>21.913</u>        |
| Imposto de renda e contribuição social corrente                                | 10   | -                    | (50)                 |
| Imposto de renda e contribuição social diferido                                | 10   | <u>(2.803)</u>       | <u>(6.590)</u>       |
| <b>Resultado do exercício</b>                                                  |      | <u><u>10.493</u></u> | <u><u>15.273</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.**

### **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011**

*(Em milhares de Reais)*

|                                   | <b>2012</b>          | <b>2011</b>          |
|-----------------------------------|----------------------|----------------------|
| <b>Resultado do exercício</b>     | <u>10.493</u>        | <u>15.273</u>        |
| <b>Resultado abrangente total</b> | <u><u>10.493</u></u> | <u><u>15.273</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

|                                                          | Nota | Capital social | Reservas     |                    |                   |                    | Lucros acumulados | Total do patrimônio líquido |
|----------------------------------------------------------|------|----------------|--------------|--------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-----------------------------|
|                                                          |      |                | Legal        | Especial de lucros | Lucros a realizar | Retenção de lucros |                   |                             |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>                  |      | <u>64.403</u>  | <u>1.602</u> | <u>17.273</u>      | <u>13.154</u>     | <u>-</u>           | <u>-</u>          | <u>96.432</u>               |
| Aumento de capital - conforme AGE de 19 de julho de 2011 |      | 6.597          | -            | -                  | -                 | -                  | -                 | 6.597                       |
| Resultado do exercício                                   |      | -              | -            | -                  | -                 | -                  | 15.273            | 15.273                      |
| Reserva legal                                            |      | -              | 764          | -                  | -                 | -                  | (764)             | -                           |
| Proposta de reserva de lucro a realizar                  |      | -              | -            | -                  | 7.255             | -                  | (7.255)           | -                           |
| Proposta reserva especial de lucros                      |      | <u>-</u>       | <u>-</u>     | <u>7.254</u>       | <u>-</u>          | <u>-</u>           | <u>(7.254)</u>    | <u>-</u>                    |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>                  | 13   | <u>71.000</u>  | <u>2.366</u> | <u>24.527</u>      | <u>20.409</u>     | <u>-</u>           | <u>-</u>          | <u>118.302</u>              |
| Aumento de capital conforme AGE de 17 de dezembro 2012   |      | 25.353         | -            | -                  | -                 | -                  | -                 | 25.353                      |
| Resultado do exercício                                   |      | -              | -            | -                  | -                 | -                  | 10.493            | 10.493                      |
| Reserva legal                                            |      | -              | 525          | -                  | -                 | -                  | (525)             | -                           |
| Retenção de lucros                                       |      | <u>-</u>       | <u>-</u>     | <u>(24.527)</u>    | <u>(20.409)</u>   | <u>54.904</u>      | <u>(9.968)</u>    | <u>-</u>                    |
| <b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>                  | 13   | <u>96.353</u>  | <u>2.891</u> | <u>-</u>           | <u>-</u>          | <u>54.904</u>      | <u>-</u>          | <u>154.148</u>              |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

|                                                                  | 2012            | 2011            |
|------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| <b>Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais</b>     |                 |                 |
| <b>Resultado do exercício</b>                                    | 10.493          | 15.273          |
| <b>Ajustes para:</b>                                             |                 |                 |
| Depreciação e amortização                                        | 102             | 103             |
| Custo Residual do permanente baixado                             | 177             | 22              |
| Juros provisionados de empréstimos e financiamentos              | 22.965          | 23.218          |
| Impostos diferidos (IR/ CSLL/Pis e Cofins)                       | 4.517           | 13.341          |
| Provisão para contingências                                      | 199             | -               |
| Receitas financeiras                                             | (27.843)        | (34.282)        |
| <br>Redução (aumento) em contas a receber e outros recebíveis    | 9.617           | (50.159)        |
| Redução em pagamentos antecipados                                | 1               | 80              |
| Aumento em estoques                                              | (298)           | (76)            |
| Redução (aumento) em fornecedores e outras contas a pagar        | (119)           | (7.803)         |
| <br>Juros pagos de financiamentos                                | <u>(23.096)</u> | <u>(26.934)</u> |
| <b>Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais</b>     | <u>(3.285)</u>  | <u>(67.217)</u> |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>            |                 |                 |
| Aquisição de imobilizado                                         | (303)           | (84)            |
| Aquisição de intangível                                          | <u>-</u>        | <u>(2)</u>      |
| <b>Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos</b> | <u>(303)</u>    | <u>(86)</u>     |
| <b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>             |                 |                 |
| Pagamentos de financiamentos                                     | (13.299)        | (2.094)         |
| Financiamentos tomados                                           | -               | 7.432           |
| Aumento e integralização de capital                              | 24.405          | 6.597           |
| Partes relacionadas - Ingressos ativos e passivos                | -               | 905             |
| Partes relacionadas - Pagamentos e recebimentos                  | <u>-</u>        | <u>(1.160)</u>  |
| <b>Caixa usado nas atividades de financiamentos</b>              | <u>11.106</u>   | <u>11.680</u>   |
| <b>Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa</b>          | <u>7.518</u>    | <u>(55.623)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1 ° de janeiro                  | <u>289</u>      | <u>55.912</u>   |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>           | <u>7.807</u>    | <u>289</u>      |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A CAB – Sistema Produtor Alto Tietê S.A. “a Companhia” é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, localizada na cidade de Suzano, São Paulo, na rua Waldemar Cusma, 700, e foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada - PPP com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, por meio de Concessão Administrativa, para prestação de serviços no Sistema Produtor Alto Tietê, compreendendo os serviços de manutenção de barragens, serviços de inspeção e manutenção de túneis e canais de interligação de barragens, manutenção civil e eletromecânica em unidades integrantes do sistema, tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada, serviços auxiliares, e intervenções para a ampliação da capacidade de produção da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 m<sup>3</sup>/s de água tratada para os atuais 15 m<sup>3</sup>/s de água tratada, assim como a construção das adutoras e de outras utilidades para o Sistema Produtor Alto Tietê – SPAT. A operação da Companhia é regida, pelos termos do "Edital de Licitação da Concorrência Internacional SABESP CSS nº. 6.651/06" e pelo respectivo "Contrato de Concessão”.

O prazo do contrato de concessão é de 15 (quinze) anos com vencimento original em 2024, e os equipamentos utilizados na operação serão transferidos à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP ao final do prazo da concessão. O prazo contratual poderá ser prorrogado, como previsto no contrato de concessão, sendo solicitado antecipadamente 24 meses do vencimento do prazo final do contrato, e que seja acordado por ambas as partes.

### **2 Base de preparação**

#### **a. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 31 de janeiro de 2013.

#### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção do seguinte item material reconhecido nos balanços patrimoniais:

- Receita de contratos de construção e receita de operação, mensuradas pelo valor justo.

#### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes a políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas 11 e 17– definição do contas a receber como recebível, nos termos do CPC 38, relativas ao contrato de Parceria Público Privada – PPP nos termos das normas do CPC aplicáveis aos contratos de concessão (ICPC 01(R1) e OCPC 05).

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas 3(h), 11 e 17: Reconhecimento de receita: A Companhia usa o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de prestação de serviços de construção acordados a preço fixo. O uso do método POC requer que a Companhia estime os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.
- Nota 10 – Utilização de prejuízos fiscais

**3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

**a. Instrumentos financeiros**

**i. Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece o contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados pela prestação de serviços. Os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado.

*Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

*Contas a receber de clientes e outros recebíveis*

Contas a receber de cliente e outros recebíveis oriundos dos serviços de contratos de construção e de operação de serviços (veja nota explicativa 6) são resultantes de um contrato de concessão com existência de um direito contratual incondicional a receber caixa ou outro ativo financeiro do, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja paga pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado separadamente.

**ii. Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Os outros passivos financeiros, (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

**iii. Capital social**

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto e na lei 6.404/76 são reconhecidos como passivo. Vide nota explicativa 13e.

**b. Imobilizado**

**i. Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessária.

A Companhia considera como ativo imobilizado somente os bens que estão em seu poder e podem ser a qualquer momento negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

**ii. Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

**iii. Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o período corrente e comparativos são as seguintes:

|                                      |         |
|--------------------------------------|---------|
| • Máquinas, aparelhos e equipamentos | 8 anos  |
| • Móveis e utensílios                | 10 anos |
| • Computadores e periféricos         | 2 anos  |
| • Veículos                           | 7 anos  |

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**c. Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

**d. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

**e. Redução ao valor recuperável (impairment)**

**i. Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis, quando aplicável. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

**ii. Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o estoque e o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade.

**f. Benefícios a empregados**

**i. Plano de contribuição definida**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

**ii. Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Vide nota explicativa 12.

**g. Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

**h. Receita Operacional de contratos de concessão de serviços e construção com a SABESP – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo**

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. A Companhia possui um único contrato de concessão junto à SABESP, o qual de acordo com ICPC01 (R1) – Contratos de concessão e OCPC 05, foi dividido entre obras (CPC 17 (R1) contratos de construção) e serviços (CPC 30 (R1) Receitas).

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida de acordo com o CPC 17 (R1) Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC), consistente com a política contábil da Companhia para o reconhecimento de receita sobre contratos de construção, visto que o risco da demanda dessa obra é da SABESP, e receberá até o final da concessão em 2024.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida pelas taxas anuais estimadas da margem apurada no plano de negócio do contrato da concessão, e os juros efetivos foram determinados pela Companhia também levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio para os recebíveis das obras que ocorrerão até o final do contrato de concessão de 15 anos, as taxas utilizadas estão descritas abaixo:

|                                           | <b>2012</b> | <b>2011</b> |
|-------------------------------------------|-------------|-------------|
| Margem bruta sobre contrato de construção | 11,56%      | 9,31%       |
| Juros efetivos do contrato de concessão   | 8,36%       | 9,73%       |

Durante o exercício de 2012 a Companhia passou a reconhecer as receitas com base em taxas anuais revisadas, calculadas com base em plano de negócio atualizado.

**i. Receitas financeiras e despesas financeiras**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**j. Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

**k. Novas normas e interpretações ainda não adotadas**

Diversas normas, emendas a normas e interpretações emitidas pelo CPC ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, sendo essas:

**i. *CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas, CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto e CPC 45 – Divulgação de participações em outras sociedades***

O CPC 36 (R3) introduziu novo conceito de controle para determinar qual investida deve ser consolidada.

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

Pelo CPC 19 (R2), a estrutura de negócios em conjunto, embora ainda seja uma importante consideração, não é o principal fator na determinação do tipo de negócio em conjunto e da subsequente contabilização:

- Operação em conjunto (*joint operation*), quando as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio, é contabilizada de acordo com os interesses das partes nos ativos, passivos, receitas e despesas.
- Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*), quando as partes integrantes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio, é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial, tendo sido eliminada a consolidação proporcional de empreendimento controlado em conjunto.

O objetivo desse pronunciamento é estabelecer princípios para o reporte financeiro por entidades que tenham interesses em negócios controlados em conjunto (*negócios em conjunto*). A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

O CPC 45 consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades. A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

**ii. CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto**

As principais mudanças introduzidas pelo CPC 18 (R2) se refere à contabilização dos resultados e transações ascendentes (*upstream*) entre a controlada e a controladora e de transações entre as controladas do mesmo grupo econômico que devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras da vendedora, mas não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais da controladora enquanto os ativos transacionados estiverem no balanço da adquirente pertencente ao grupo econômico.

O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

**iii. CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados**

As principais mudanças introduzidas pelo CPC 33 (R1) se refere à contabilização de planos de benefícios definidos. A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

**iv. CPC 46 – Mensuração do valor justo**

O CPC 46 define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração. A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

Os novos pronunciamentos ou alterações de pronunciamentos conforme indicados acima não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciados em 1 de janeiro de 2013.

A administração da Companhia concluiu que nenhum desses novos pronunciamentos terá efeito material sobre as demonstrações financeiras.

**4 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações financeiras da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

**i. Contas a receber de cliente e outros créditos**

O valor justo de contas a receber e outros créditos, excluindo obra em andamento, mas incluindo recebíveis de contratos de concessão de serviços, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de 8,22% a.a. proveniente da taxa interna de retorno da Companhia apurado no contrato de concessão na data de apresentação, que se equipara ao valor contábil.

**ii. Passivos financeiros não derivativos**

O valor justo para o financiamento do BNDES foi considerado o valor registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

|                                                                   | 2012         | 2011       |
|-------------------------------------------------------------------|--------------|------------|
| Caixa                                                             | 4            | 2          |
| Saldo bancário                                                    | 1            | 287        |
| Aplicações financeiras                                            | 7.802        | -          |
|                                                                   | <hr/>        | <hr/>      |
| Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa | <u>7.807</u> | <u>289</u> |

Caixa e equivalentes de caixa consistem em numerário disponível na entidade e saldos em poder de bancos.

## 6 Contas a receber de cliente e outros recebíveis

|                                      | 2012           | 2011           |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Recebíveis de contratos de concessão | 447.475        | 435.042        |
| Impostos a recuperar                 | 28.329         | 22.371         |
| Adiantamento a fornecedores          | 977            | 169            |
| Outros créditos                      | 4              | 29             |
|                                      | <u>476.785</u> | <u>457.611</u> |
| Total                                |                |                |
| Não circulante                       | (415.443)      | (388.722)      |
| Circulante                           | 61.342         | 68.889         |

A movimentação dos recebíveis de contrato de concessão é a seguinte:

|                                                                          | 2012            | 2011            |
|--------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Saldos iniciais                                                          | 435.042         | 353.468         |
| Receita decorrente de serviços de construção                             | 39.304          | 68.244          |
| Receita decorrente de serviços de operação                               | 40.279          | 39.967          |
| Receita financeira decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva | 27.843          | 32.970          |
| (-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no período         | <u>(94.993)</u> | <u>(59.607)</u> |
| Saldos finais                                                            | <u>447.475</u>  | <u>435.042</u>  |

## 7 Imobilizado

|                                 | Máquinas,<br>aparelhos<br>Equipamentos | Móveis e<br>utensílios | Computadores<br>e periféricos | Veículos     | Total        |
|---------------------------------|----------------------------------------|------------------------|-------------------------------|--------------|--------------|
| <b>Custo</b>                    |                                        |                        |                               |              |              |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | 507                                    | 171                    | 197                           | 679          | 1.554        |
| Adições                         | 251                                    | -                      | 3                             | 49           | 303          |
| Baixas                          | <u>(30)</u>                            | <u>-</u>               | <u>-</u>                      | <u>(147)</u> | <u>(177)</u> |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 728                                    | 171                    | 200                           | 581          | 1.680        |
| <b>Depreciação</b>              |                                        |                        |                               |              |              |
| Saldo em 31 de dezembro de 2011 | (89)                                   | (32)                   | (97)                          | (253)        | (471)        |
| Depreciação                     | <u>(36)</u>                            | <u>(10)</u>            | <u>(26)</u>                   | <u>(20)</u>  | <u>(92)</u>  |
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | <u>(125)</u>                           | <u>(42)</u>            | <u>(123)</u>                  | <u>(273)</u> | <u>(563)</u> |
| <b>Valor contábil</b>           |                                        |                        |                               |              |              |
| Em 31 de dezembro de 2011       | <u>418</u>                             | <u>139</u>             | <u>100</u>                    | <u>426</u>   | <u>1.083</u> |
| Em 31 de dezembro de 2012       | <u>603</u>                             | <u>129</u>             | <u>77</u>                     | <u>308</u>   | <u>1.117</u> |

### **Garantia**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existiam bens do ativo imobilizado objetos de garantia.

### **Análise do valor de recuperação**

De acordo com o CPC 01 Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação.

O resultado de tal avaliação em 31 de dezembro de 2012 não apontou necessidade de provisão para redução no valor recuperável destes ativos. A administração não identificou nenhum fator subsequente a 31 de dezembro de 2012 que pudesse provocar alterações relevantes na avaliação realizada. Como consequência, não existem perdas por desvalorização a serem reconhecidas em 31 de dezembro de 2012.

## **8 Financiamentos**

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais do financiamento com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e liquidez, veja nota explicativa 11.

|                                                    | <b>2012</b>     | <b>2011</b>     |
|----------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| BNDES atualizado pela TJLP mais juros de 2,8% a.a. | <u>258.949</u>  | <u>272.379</u>  |
| Passivo circulante                                 | <u>(15.432)</u> | <u>(23.274)</u> |
| Passivo não circulante                             | <u>243.517</u>  | <u>249.105</u>  |

Em 06 de abril de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito com o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante de R\$ 275.000, totalmente liberados até 31 de dezembro de 2012.

Sobre o principal da dívida incidem TJLP mais juros de 2,8% a.a., com exigibilidade mensal.

O valor do principal está sendo amortizado em 147 prestações mensais, entre 15 de novembro de 2011 e 15 de janeiro de 2024.

As principais garantias deste contrato de financiamento são as seguintes:

- Cessão fiduciária de recebíveis e de penhor de ações de emissão da CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A., pertencentes aos seus acionistas;
- Aval de controladora indireta Companhia Nacional de Participações S.A. – Enpar;
- Fiança bancária direta através do Banco Safra S.A limitada a fiança de R\$ 25.000 referente ao subcrédito “B” deste contrato de financiamento que corresponde a R\$ 3.984;

### **Cronograma de amortização da dívida**

| <b>31 de dezembro de 2012</b> | <b>Valor Contábil</b> | <b>Fluxo de caixa contratual</b> | <b>12 meses</b> | <b>13 a 24 meses</b> | <b>25 a 36 meses</b> | <b>37 a 48 meses</b> | <b>49 a 60 meses</b> | <b>61 a 133 Meses</b> |
|-------------------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| Financiamentos                | 258.949               | 397.829                          | 35.894          | 35.894               | 35.894               | 35.894               | 35.894               | 218.359               |

| <b>31 de dezembro de 2011</b> | <b>Valor Contábil</b> | <b>Fluxo de caixa contratual</b> | <b>12 meses</b> | <b>13 a 24 meses</b> | <b>25 a 36 meses</b> | <b>37 a 48 meses</b> | <b>49 a 60 meses</b> | <b>61 a 145 meses</b> |
|-------------------------------|-----------------------|----------------------------------|-----------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| Financiamentos                | 272.379               | 444.397                          | 36.778          | 36.778               | 36.778               | 36.778               | 36.778               | 260.507               |

### **Cronograma de amortização do custo atribuído**

No início do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia incorreu em R\$ 2.030 de custos de transação, cujo saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 1.505.

Decorrente desse custo de transação a taxa efetiva de juros do contrato de financiamento é de 9,08% a.a. (9,08 % a.a. em 2011).

A seguir é apresentado o montante de custos de transação registrado em financiamentos, a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

| <b>31 de dezembro de 2012</b> | <b>Valor Contábil</b> | <b>12 meses</b> | <b>13 a 24 meses</b> | <b>25 a 36 meses</b> | <b>37 a 48 meses</b> | <b>49 a 60 meses</b> | <b>61 a 133 Meses</b> |
|-------------------------------|-----------------------|-----------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| Financiamentos                | 1.504                 | 225             | 212                  | 197                  | 182                  | 164                  | 524                   |

| <b>31 de dezembro de 2011</b> | <b>Valor Contábil</b> | <b>12 meses</b> | <b>13 a 24 meses</b> | <b>25 a 36 meses</b> | <b>37 a 48 meses</b> | <b>49 a 60 meses</b> | <b>61 a 145 meses</b> |
|-------------------------------|-----------------------|-----------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| Financiamentos                | 1.743                 | 238             | 225                  | 212                  | 197                  | 182                  | 689                   |

## **9 Fornecedores e outras contas a pagar**

|                                                       | <b>Nota</b> | <b>2012</b>  | <b>2011</b>  |
|-------------------------------------------------------|-------------|--------------|--------------|
| Fornecedores diversos                                 |             | 2.080        | 1.086        |
| Fornecedores de serviços                              |             | 105          | 1.729        |
| Prestadores de serviços de obra                       |             | 3.363        | 2.487        |
| Prestadores de serviços de obra – partes relacionadas | 12          | -            | 272          |
| Salários e férias a pagar                             |             | 1.102        | 1.285        |
| Cofins a recolher                                     |             | 799          | 838          |
| PIS a recolher                                        |             | 173          | 182          |
| IRPJ a recolher                                       |             | -            | 27           |
| CSLL a recolher                                       |             | -            | 23           |
| INSS a recolher                                       |             | 15           | 21           |
| Outros impostos                                       |             | 333          | 98           |
| Outras contas a pagar                                 |             | 11           | 58           |
| Outras contas a pagar – partes relacionadas           | 12          | 158          | 152          |
|                                                       |             | <u>8.139</u> | <u>8.258</u> |

### **Compromissos com contratos**

A Companhia possui diversos compromissos de contratos de prestações de serviços com terceiros para garantir as operações do contrato de concessão junto à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP. Os compromissos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser assim estimados por seus valores nominais:

| <b>31 de dezembro de 2012</b>                 | <b>Compromissos<br/>futuros</b> | <b>12<br/>Meses</b> | <b>1-2<br/>anos</b> | <b>2-5<br/>anos</b> | <b>Mais que<br/>5 anos</b> |
|-----------------------------------------------|---------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------------|
| <b>Prestadores de serviços (fornecedores)</b> |                                 |                     |                     |                     |                            |
| Compromissos com contratos                    | 32.930                          | 7.843               | 9.492               | 5.803               | 9.792                      |

| <b>31 de dezembro de 2011</b>                 | <b>Compromissos<br/>futuros</b> | <b>12<br/>meses</b> | <b>1-2<br/>anos</b> | <b>2-5<br/>anos</b> | <b>Mais que<br/>5 anos</b> |
|-----------------------------------------------|---------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------------|
| <b>Prestadores de serviços (fornecedores)</b> |                                 |                     |                     |                     |                            |
| Compromissos com contratos                    | 44.581                          | 14.953              | 12.246              | 8.183               | 9.199                      |

Os compromissos serão registrados de acordo com o regime de competência contábil, quando os serviços forem prestados, e serão pagos de acordo com seus vencimentos contratuais.

## **10 Ativos e passivos fiscais diferidos**

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado possuem as seguintes origens:

|                                                                                                     | <b>Ativo/(Passivo)</b> |                 | <b>Resultado</b> |                 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------|-----------------|------------------|-----------------|
|                                                                                                     | <b>2012</b>            | <b>2011</b>     | <b>2012</b>      | <b>2011</b>     |
| <b>Imposto de renda e contribuição social</b>                                                       |                        |                 |                  |                 |
| Ativo diferido – regime tributário de transição                                                     | 673                    | 736             | (63)             | (55)            |
| Empréstimos e financiamentos - regime tributário de transição                                       | (511)                  | (593)           | 82               | 79              |
| Contas a receber e imobilizado - líquidos – contratos de concessão - regime tributário de transição | (24.419)               | (19.944)        | (4.475)          | (5.561)         |
| Contas a receber – diferimento de venda para órgão público                                          | (1.006)                | (1.432)         | 426              | (713)           |
| Prejuízo fiscal a compensar                                                                         | 1.173                  | -               | 1.173            | (340)           |
| Outras diferenças temporárias                                                                       | 54                     | -               | 54               | -               |
| <b>Total de IR e CS diferidos</b>                                                                   | <b>(24.036)</b>        | <b>(21.233)</b> | <b>(2.803)</b>   | <b>(6.590)</b>  |
| <b>Pis e COFINS</b>                                                                                 |                        |                 |                  |                 |
| Contas a receber – contratos de concessão                                                           | (40.681)               | (38.967)        | (1.714)          | (6.751)         |
| <b>Total de imposto líquido (ativos) passivos</b>                                                   | <b>(64.717)</b>        | <b>(60.200)</b> | <b>(4.517)</b>   | <b>(13.341)</b> |

Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos acumulados, a partir do final do exercício social comparativo, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, podendo ser utilizados contra tais perdas.

Conciliação de IR/CS sobre o lucro:

| <b>Reconciliação da taxa efetiva</b>                    | <b>2012</b> | <b>2011</b> |
|---------------------------------------------------------|-------------|-------------|
| Resultado do exercício antes dos impostos               | 13.296      | 21.913      |
| Alíquota Nominal                                        | 34%         | 34%         |
| Despesa com imposto a alíquota nominal                  | (4.520)     | (7.450)     |
| <b>Ajuste do imposto de renda e contribuição social</b> |             |             |
| Despesas não dedutíveis                                 | (26)        | (49)        |
| Ganhos não tributáveis                                  | 579         | 713         |
| Alterações em despesas dedutíveis temporárias           | -           | 352         |
| Compensação/constituição de prejuízo fiscal             | 1.173       | (340)       |
| Outras                                                  | (9)         | 134         |
| Imposto corrente                                        | -           | (50)        |
| Imposto diferido                                        | (2.803)     | (6.590)     |
| Alíquota efetiva                                        | 23,35%      | 30,30%      |

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

## 11 Instrumentos financeiros

### Gerenciamento dos riscos financeiros

#### *Visão geral*

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

#### **Estrutura do gerenciamento de risco**

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

#### **Risco de crédito (Contas a receber de cliente e outros créditos)**

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente (SABESP) falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia possui o fator mitigante do risco de crédito que é o contrato de Parceria Público Privada, e que não existe histórico de inadimplência e o cliente possui credibilidade no mercado.

Anualmente a SABESP contrata a agência de avaliação de crédito que em 2012 foi emitido Fitch Rating nacional a longo prazo A+ (BRA), o qual reflete a capacidade deste cliente em honrar de forma pontual e integral o pagamento da remuneração mensal devida pelo contrato de Parceria Público Privada.

#### **Exposição a riscos de crédito**

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

|                                  |             | <b>Valor contábil</b> |             |
|----------------------------------|-------------|-----------------------|-------------|
|                                  | <b>Nota</b> | <b>2012</b>           | <b>2011</b> |
| Caixa e equivalentes de caixa    | 5           | 7.807                 | 289         |
| Recebíveis contrato de concessão | 6           | 447.475               | 435.042     |

#### ***Caixa e equivalentes de caixa***

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 7.807 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 289 em 2011), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantido com bancos e instituição financeira, as quais são consideradas de primeira linha.

#### ***Garantias***

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não havia garantias pendentes.

#### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes das notas explicativas 8 e 9.

Por tratar-se de uma SPE – Sociedade de Propósito Específico com a finalidade de gerir o contrato de PPP – Parceria Pública Privada firmado com a SABESP, a Companhia realizou uma contratação financeira junto ao BNDES, bem como contrata os serviços de terceiros baseando-se nas previsões de entrada de caixa previstas no respectivo contrato.

Conforme divulgado na nota explicativa, a Companhia tem um financiamento junto ao BNDES garantido que contém algumas cláusulas restritivas (*covenants*). O não cumprimento destas cláusulas restritivas podem exigir que a Companhia liquide o financiamento antes da data indicada na tabela de cronograma de amortização bruta de dívida, apresentada na nota explicativa 8, ou que os acionistas aportem recursos próprios em quantia suficiente para manter o atendimento a essas cláusulas. Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

### **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

### **Risco de taxa de juros**

As operações da Companhia estão expostas a taxa de juros do Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES, indexadas a TJLP, visto que, é o único financiamento que a Companhia possui atualmente, não existentes operações derivativas com intuito de proteção para estas taxas de juros. Devido a principal taxa adotada não oscilar relevantemente, o risco das oscilações de mercado não é significativo.

### **Perfil**

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

|                                                                 |              | <b>Valor contábil</b> |             |
|-----------------------------------------------------------------|--------------|-----------------------|-------------|
|                                                                 | <b>Risco</b> | <b>2012</b>           | <b>2011</b> |
| <b>Instrumentos de taxa variável</b>                            |              |                       |             |
| Empréstimos e recebíveis - Recebíveis de contratos de concessão | IPCA         | 447.475               | 435.042     |
| Passivos financeiros - Financiamentos – BNDES                   | TJLP         | (258.949)             | (272.379)   |

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

### **Gestão de capital**

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A dívida do grupo para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

|                                                         | 2012    | 2011    |
|---------------------------------------------------------|---------|---------|
| Total do passivo                                        | 332.004 | 340.837 |
| Menos: Caixa e equivalentes de caixa                    | (7.807) | (289)   |
| Dívida líquida (A)                                      | 324.197 | 340.548 |
| Total do patrimônio líquido (B)                         | 154.148 | 118.302 |
| Índice da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B) | 2,10    | 2,88    |

### **Valor justo versus valor contábil**

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

O contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

Os financiamentos estão classificados como passivos financeiros não derivativos mensurados pelo custo amortizado. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratarem de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, indexados à taxa estável (TJLP).

Abaixo apresentam-se as análises de sensibilidade para os riscos de mercado relevantes a que a Companhia está suscetível:

**CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.**  
*Demonstrações Financeiras*  
em 31 de dezembro de 2012 e 2011

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

| Instrumentos                          | Exposição<br>2012 | Risco            | Taxa de<br>juros<br>efetiva | Provável   |              | Cenários                  |                | Elevação do Índice |                |
|---------------------------------------|-------------------|------------------|-----------------------------|------------|--------------|---------------------------|----------------|--------------------|----------------|
|                                       |                   |                  |                             | %          | Valor        | Elevação do Índice em 25% |                | em 50%             |                |
|                                       |                   |                  |                             |            |              | %                         | Valor          | %                  | Valor          |
| Recebíveis de contratos de concessão  | 94.993            | Variação<br>IPC  | 5,73                        | 5,10       | (871)        | 6,38                      | 171            | 7,65               | 1.213          |
| Passivos Financeiros - Financiamentos | (258.949)         | Variação<br>TJLP | 5,75                        | 5,75       | 89           | 7,19                      | (3.665)        | 8,63               | (6.953)        |
| <b>Total</b>                          | <b>(163.956)</b>  | <b>***</b>       | <b>***</b>                  | <b>***</b> | <b>(782)</b> | <b>***</b>                | <b>(3.494)</b> | <b>***</b>         | <b>(5.740)</b> |

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

| Instrumentos                          | Exposição<br>2012 | Risco            | Taxa de<br>juros<br>efetiva | Provável   |              | Cenários                 |              | Redução do Índice |              |
|---------------------------------------|-------------------|------------------|-----------------------------|------------|--------------|--------------------------|--------------|-------------------|--------------|
|                                       |                   |                  |                             | %          | Valor        | Redução do Índice em 25% |              | em 50%            |              |
|                                       |                   |                  |                             |            |              | %                        | Valor        | %                 | Valor        |
| Recebíveis de contratos de concessão  | 94.993            | Variação<br>IPC  | 5,73                        | 5,10       | (871)        | 3,83                     | (1.912)      | 2,55              | (2.954)      |
| Passivos financeiros - Financiamentos | (258.949)         | Variação<br>TJLP | 5,75                        | 5,75       | 89           | 4,31                     | 3.177        | 2,88              | 6.725        |
| <b>Total</b>                          | <b>(163.956)</b>  | <b>***</b>       | <b>***</b>                  | <b>***</b> | <b>(782)</b> | <b>***</b>               | <b>1.265</b> | <b>***</b>        | <b>3.771</b> |

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

| Instrumentos                          | Exposição<br>2011 | Risco            | Taxa de<br>juros<br>efetiva | Provável   |            | Cenários                  |                | Elevação do Índice |                |
|---------------------------------------|-------------------|------------------|-----------------------------|------------|------------|---------------------------|----------------|--------------------|----------------|
|                                       |                   |                  |                             | %          | Valor      | Elevação do Índice em 25% |                | em 50%             |                |
|                                       |                   |                  |                             |            |            | %                         | Valor          | %                  | Valor          |
| Recebíveis de contratos de concessão  | 59.607            | Variação<br>IPC  | 6,00                        | 6,24       | 147        | 7,80                      | 893            | 9,36               | 1.640          |
| Passivos Financeiros - Financiamentos | (272.379)         | Variação<br>TJLP | 6,00                        | 6,00       | 34         | 7,50                      | (3.660)        | 9,00               | (7.285)        |
| <b>Total</b>                          | <b>(212.772)</b>  | <b>***</b>       | <b>***</b>                  | <b>***</b> | <b>181</b> | <b>***</b>                | <b>(2.767)</b> | <b>***</b>         | <b>(5.645)</b> |

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

| Instrumentos                          | Exposição<br>2011 | Risco            | Taxa de<br>juros<br>efetiva | Provável   |            | Cenários                 |              | Redução do Índice |              |
|---------------------------------------|-------------------|------------------|-----------------------------|------------|------------|--------------------------|--------------|-------------------|--------------|
|                                       |                   |                  |                             | %          | Valor      | Redução do Índice em 25% |              | em 50%            |              |
|                                       |                   |                  |                             |            |            | %                        | Valor        | %                 | Valor        |
| Passivos financeiros - Financiamentos | 59.607            | Variação<br>IPC  | 6,00                        | 6,24       | 147        | 4,68                     | (600)        | 3,12              | (1.347)      |
| Passivos financeiros - Financiamentos | (272.379)         | Variação<br>TJLP | 6,00                        | 6,00       | 34         | 4,50                     | 3.591        | 3,00              | 7.216        |
| <b>Total</b>                          | <b>(212.772)</b>  | <b>***</b>       | <b>***</b>                  | <b>***</b> | <b>181</b> | <b>***</b>               | <b>2.991</b> | <b>***</b>        | <b>5.869</b> |

**Fontes:**

TJLP - Banco Central do Brasil

IPC - FIPE

## **12 Partes relacionadas**

### **Controladora e parte controladora final**

A parte controladora final da Companhia é a Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, onde são consolidadas essas demonstrações financeiras.

### **Operações com o pessoal-chave da administração**

#### ***Remuneração de pessoal-chave da administração***

Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. No período findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica “Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas”.

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração estão apresentados abaixo:

|                                | <b>2012</b>  | <b>2011</b>  |
|--------------------------------|--------------|--------------|
| Remuneração da diretoria       | 1.077        | 1.183        |
| Benefícios diretos e indiretos | 359          | 173          |
|                                | <u>1.436</u> | <u>1.356</u> |

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

#### ***Benefícios a empregados***

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrado pela Bradesco Previdência Privada, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, e o fornecimento de vale refeições e transporte. Em 31 de dezembro de 2012, os benefícios acima representaram a aplicação de R\$ 1.290 (R\$ 805 em 2011).

A Companhia inclui em suas políticas de recursos humanos, o Plano de Participação nos Resultados (PPR), sendo elegíveis todos os colaboradores com vínculo empregatício formal. As metas e critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes.

***Outras transações com partes relacionadas***

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com acionistas e Companhia ligada do mesmo grupo econômico. O saldo em fornecedores com a Galvão Engenharia S.A. provém do contrato particular de construção e empreitada global, conforme mencionado na nota explicativa 9.

|                                              | <b>Passivo</b>                 |                                | <b>Resultado</b>  |                   |
|----------------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------|-------------------|
|                                              | <b>31/12/2012<br/>(nota 9)</b> | <b>31/12/2011<br/>(nota 9)</b> | <b>31/12/2012</b> | <b>31/12/2011</b> |
| <b>Circulante - Fornecedor</b>               |                                |                                |                   |                   |
| Galvão Engenharia S.A. (a)                   | -                              | 272                            | (13.163)          | (36.549)          |
| <b>Circulante – outras contas a pagar</b>    |                                |                                |                   |                   |
| Companhia de Águas do Brasil – CAB Ambiental |                                |                                |                   |                   |
| - Contrato de Assistência Técnica (b)        | 158                            | 152                            | (1.743)           | (1.331)           |
| Saneamento de Mirassol – SANE SOL S.A.       |                                |                                |                   |                   |
| - Repasse de Recursos compartilhados         | -                              | -                              | 40                | -                 |
| CAB Guaratinguetá S.A.                       |                                |                                |                   |                   |
| - Repasse de Recursos compartilhados         | -                              | -                              | 33                | -                 |
| CAB Cuiabá S.A.                              |                                |                                |                   |                   |
| - Repasse de Recursos compartilhados         | -                              | -                              | 15                | -                 |
| CAB Piquete S.A.                             |                                |                                |                   |                   |
| - Repasse de Recursos compartilhados         | -                              | -                              | 11                | -                 |
| Águas de Andradina S.A.                      |                                |                                |                   |                   |
| - Repasse de Recursos compartilhados         | -                              | -                              | (2)               | -                 |
| Águas de Castilho S.A.                       |                                |                                |                   |                   |
| - Repasse de Recursos compartilhados         | -                              | -                              | 4                 | -                 |
| Empresa de Saneamento de Palestina           |                                |                                |                   |                   |
| - Repasse de Recursos compartilhados         | -                              | -                              | 11                | -                 |
| <b>Não Circulante</b>                        |                                |                                |                   |                   |
| Companhia de Águas do Brasil – CAB Ambiental |                                |                                |                   |                   |
| - Repasse de Recursos compartilhados         | -                              | -                              | (1.473)           | 4                 |
| Galvão Engenharia S.A.                       |                                |                                |                   |                   |
| - Repasse de Recursos compartilhados         | -                              | -                              | (4)               | (33)              |

(a) Refere-se a saldo a pagar decorrente de contrato particular de construção e empreitada global com a sua acionista não controladora Galvão Engenharia S.A. no montante de R\$ 379.430. Até 31 de dezembro de 2012, o montante acumulado contabilizado desse contrato por meio de medição do contrato físico e financeiro é de R\$ 368.563 (R\$ 345.360 em 31 de dezembro de 2011), registrado como custo dos contratos de construção.

(b) Contrato de serviços de assistência técnica com acionista controladora iniciado em fevereiro de 2009, com valor fixo mensal atualizado de R\$ 158, válido até o final da concessão.

A Companhia possui aval da controladora indireta ENPAR – Companhia Nacional de Participações S/A. no contrato de financiamento junto ao BNDES.

## 13 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social autorizado subscrito e integralizado está representado por 96.353.916 ações ordinárias, pertencentes aos seguintes acionistas:

|                                              | <b>2012</b>         | <b>2011</b>         |
|----------------------------------------------|---------------------|---------------------|
|                                              | <b>Participação</b> | <b>Participação</b> |
| Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental | 95%                 | 95%                 |
| Galvão Engenharia S.A.                       | 5%                  | 5%                  |
|                                              | <u>100,00%</u>      | <u>100,00%</u>      |

### b. Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquido residuais da Companhia. Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme apresentado nesta nota explicativa, item (e).

### c. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### d. Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em pagamentos de investimentos previstos no orçamento de capital dos exercícios de 2012 e 2013. Em Assembléia Geral Extraordinária de 03 de dezembro de 2012, decidiu a destinação dos saldos existentes em reserva de lucros a realizar e reserva especial de lucros para a reserva de retenção de lucros, e está sujeita a aprovação na próxima Assembléia Geral que ocorrerá até 30 de abril de 2013.

|                                          | <b>2012</b>     |
|------------------------------------------|-----------------|
| Resultado do exercício                   | 10.493          |
| Reversão de Reserva de lucros a realizar | 20.409          |
| Reversão de Reserva especial de lucros   | <u>24.527</u>   |
| Lucro líquido para destinação            | 55.429          |
| Destinação proposta:                     |                 |
| (-) Reserva legal                        | (525)           |
| (-) Reserva de retenção de lucro         | <u>(54.904)</u> |

### e. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente a Lei 6.404/76 determina que deve ser de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei. De acordo com ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 03 de dezembro de 2012 os acionistas, por unanimidade, optaram pela não distribuição de dividendos obrigatórios sobre resultado do exercício de 2012.

A Companhia possui algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato do BNDES e, dentre as obrigações, ficou estipulado que, sem a prévia anuência expressa pelo BNDES, a Companhia não poderá efetuar a distribuição de quaisquer recursos aos acionistas, seja ela sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros, amortização de dívida subordinada, resgate, reembolso, amortização ou recompra de ações, participação nos resultados ou honorários a qualquer título, a menos que sejam atendidas cumulativamente as seguintes condições:

- os recursos distribuídos sejam referentes a lucros líquidos apurados sobre fatos financeiros recorrentes;
- os indicadores estabelecidos no contrato do BNDES permaneçam comprovadamente atendidos, tanto antes, quanto após a distribuição em questão; e
- a beneficiária esteja adimplente com todas as obrigações estabelecidas no contrato do BNDES.

## 14 Receita operacional

|                                             | 2012           | 2011            |
|---------------------------------------------|----------------|-----------------|
| Receita de contrato de construção           | 39.304         | 68.244          |
| Receita de prestação de serviço da operação | 40.279         | 39.967          |
| Impostos sobre os serviços prestados        | <u>(9.769)</u> | <u>(13.120)</u> |
| Total de receita                            | <u>69.814</u>  | <u>95.091</u>   |

A receita da Companhia está atrelada ao contrato de concessão de Parceria Público Privada, firmado entre a Companhia e a SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, dividida entre receita de contrato de construção e receita de prestação de serviços da operação. A Companhia reconhece sua receita pelo regime de competência na medida em que presta os serviços operacionais e cumpre com a responsabilidade de construção do contrato, ambas vinculadas ao acordo de concessão de serviços, nos termos da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e Orientação OCPC 05.

## 15 Custos e despesas por natureza

|                                     | 2012     | 2011     |
|-------------------------------------|----------|----------|
| <b>Custos</b>                       |          |          |
| Contrato de construção              | (31.967) | (51.135) |
| Custos de concessão                 | (20.399) | (24.129) |
| Custos com pessoal                  | (4.207)  | (2.781)  |
| Outros custos                       | (1.398)  | (1.222)  |
| Crédito Pis/ Cofins                 | 4.445    | 2.482    |
| Total custos dos serviços prestados | (53.526) | (76.785) |

|                                       | <b>2012</b>    | <b>2011</b>    |
|---------------------------------------|----------------|----------------|
| <b>Despesas</b>                       |                |                |
| Despesas com pessoal                  | (2.829)        | (4.780)        |
| Serviços contratados                  | (2.888)        | (2.640)        |
| Depreciação e amortização             | (234)          | (170)          |
| Outras despesas                       | (1.070)        | (943)          |
| <b>Total despesas administrativas</b> | <u>(7.021)</u> | <u>(8.533)</u> |

## **16 Receitas financeiras e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultado**

|                                                          | <b>2012</b>         | <b>2011</b>          |
|----------------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Despesas financeiras</b>                              |                     |                      |
| Juros sobre financiamentos                               | (23.001)            | (23.091)             |
| Comissões e despesas bancárias                           | (822)               | (731)                |
| Outras despesas financeiras                              | (30)                | (233)                |
|                                                          | <u>(23.853)</u>     | <u>(24.055)</u>      |
| <b>Receitas financeiras</b>                              |                     |                      |
| Juros sobre atualização do contas a receber de cliente   | 27.843              | 32.970               |
| Ajuste a valor presente referente a crédito PIS e Cofins | -                   | 1.312                |
| Juros de aplicações financeiras                          | 39                  | 1.824                |
| Outras receitas financeiras                              | -                   | 89                   |
|                                                          | <u>27.882</u>       | <u>36.195</u>        |
| <b>Receitas financeiras líquidas</b>                     | <u><u>4.029</u></u> | <u><u>12.140</u></u> |

## **17 Acordos de concessão de serviços**

A Companhia foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público-Privada com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, por meio de Concessão Administrativa, consistindo na prestação de serviços no Sistema Produtor Alto Tietê, compreendendo os serviços de manutenção de barragens, serviços de inspeção e manutenção de túneis e canais de interligação de barragens, manutenção civil e eletromecânica em unidades integrantes do sistema, tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada, serviços auxiliares, e intervenções para a ampliação da capacidade de produção da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 m<sup>3</sup>/s de água tratada para os atuais 15 m<sup>3</sup>/s de água tratada, assim como a construção das adutoras e de outras utilidades para o Sistema Produtor Alto Tietê - SPAT, nos termos do "Edital de Licitação da Concorrência Internacional SABESP CSS no. 6.651/06" e do respectivo "Contrato de Concessão".

O prazo do contrato de concessão é de 15 (quinze) anos, e que os bens provenientes do referido contrato serão transferidos à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Sabesp.

O Poder Concedente irá fornecer a Companhia um pagamento mensal mínimo garantido para cada mês. Ao final do período de concessão, as obras se tornam propriedade do poder concedente e a Companhia não terá mais envolvimento em suas exigências de operação ou manutenção.

Em função da adoção da ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão a partir de 01 de janeiro de 2009, a Companhia passou a reconhecer os custos e receitas de construção, conforme requerido pela ICPC 01 (R1), de acordo com o CPC 17 (R1), considerando as margens de construção conforme descritas na nota explicativa 3h. Anteriormente estes custos de construção ou aquisição de ativos eram contabilizados como ativo imobilizado, pelo custo da transação. Considerando que o risco de demanda é do Poder Concedente (SABESP), a Companhia passou a reconhecer um ativo financeiro à medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção. Adicionalmente, devido ao fato do ativo financeiro a receber do poder concedente ter sido registrado inicialmente pelo seu valor justo (valor presente) e posteriormente ajustado ao custo amortizado, a Companhia reconheceu uma receita financeira relativa ao ajuste da passagem do tempo.

**a. *Compromissos vinculados ao contrato de concessão administrativa***

A Companhia assumiu o compromisso de efetuar todos os investimentos previstos no contrato de Parceria Público Privado - PPP, que até 31 de dezembro de 2012, estavam sendo cumpridos, incluindo metas de efetuar os investimentos previstos no contrato de concessão. Tais compromissos e investimentos contratuais não foram submetidos à análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

**b. *Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão***

A Companhia está operando sob regime de concessão com os bens do ativo imobilizado do poder concedente, que, em 02 de março de 2009, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo SABESP por meio do Termo de Permissão de Uso de Ativos da Sabesp transferiu os bens do poder concedente para a CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A..

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, é mantido controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos custo, depreciação e amortização acumulada.

## **18 Riscos ambientais**

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

## **19 Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras, consequentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia adota como prática fazer análise de risco individual para cada operação. As coberturas de seguros são compostas por:

|                                            | <b>2012</b>   | <b>2011</b>   |
|--------------------------------------------|---------------|---------------|
| Risco de engenharia                        | -             | 1.826         |
| Seguro garantia                            | 7.119         | 14.238        |
| Responsabilidade civil                     | 4.000         | 8.000         |
| Patrimonial riscos diversos + equipamentos | <u>32.600</u> | <u>32.600</u> |
| Total                                      | <u>43.719</u> | <u>56.664</u> |

## **Composição da Diretoria**

### **Diretoria:**

Tales Massari Reis  
Antônio Hércules Neto

### **Contador**

Emidio Márcio Macedo da Rocha  
CRC/SP nº 1 SP157889